

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS
CONDEPACC**

REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA 445

Aos 18 dias do mês de junho de 2015, com início às 10h00m, realiza-se no Planetário – Parque Portugal – Portão 07, a quadringentésima quadragésima quinta reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC, sob a presidência de Claudiney Rodrigues Carrasco e com a presença dos seguintes conselheiros: Eliane Márcia Martins Tortello, titular do Gabinete do Prefeito – Simone Medeiros Eyer Thomaz, titular da Secretaria Municipal de Urbanismo – Raquel Mokarzel, titular da Secretaria Municipal de Planejamento – Wania Maria Moreno, titular da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos – Maria Eugênia Mobrize, suplente da Secretaria Municipal do Verde e Desenvolvimento Sustentável – Daisy Serra Ribeiro, Antonio Henrique Felice Anunziata, titular e suplente da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural - CSPC – Luiz Guilherme Weiss Franco Campos, titular da Secretaria Municipal de Educação – Marcelo Alexandre Juliano, titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB – Jamil Cury Sawaya, titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCC – Fernando Pina Figueiredo, suplente do Centro de Ciências, Letras e Artes – Sérgio Galvão Caponi, titular da Academia Campineira de Letras e Artes – Ronaldo Gerd Seifert, titular da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Campinas – Orlando Rodrigues Ferreira, titular da Associação Campineira de Imprensa – Welton Nahas Cury, titular da Habicamp – Cláudia Quintino Araújo, suplente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de S.P. – Sinduscon – João Manuel Verde dos Santos, titular da Associação Regional de Escritórios de Arquitetura - AREA – Cristiano Ortiz Spinoza, Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI – Roberto Baldin Simionatto, titular da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas – AEAC – Olga R. de Moraes von Simson, titular do Instituto Histórico, Geográfico e Fenealógico de Campinas – IHGGC – Mário Gravem Borges, suplente do Conselho Municipal de Cultura – Herberto Guimarães, vice-presidente e conselheiro emérito. **COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE:** O presidente Claudiney Rodrigues Carrasco deseja bom dia a todos. Justifica a ausência das conselheiras: Adriana Flosi, Adriana Scolfaro, Ana Maria Sorrosal, Pia Gerda Passeto. Convida para evento que acontecerá na Estação Cultura no próximo sábado a partir das 13 h, com entrada gratuita. Prossegue dizendo que esta é a última reunião do Biênio 2013-2015 e não gostaria de deixar o estudo de tombamento do Guarani, que é o pedido de um Conselheiro, para o segundo semestre com uma nova composição do Conselho para o Biênio 2015-2017. Gostaria se houver concordância de todos, de fazer uma reunião extraordinária na próxima semana. O conselheiro e vice-presidente Herberto Guimarães pergunta se há algum fato novo com relação ao imóvel em

si? Em alguma outra ocasião foi votada a abertura de estudo de tombamento para o Estádio? Como advogado precisa que estas duas questões sejam avaliadas, pois se em algum momento houve uma votação e não houve um fato novo, o assunto nem deveria entrar em pauta para deliberação. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro coloca que houve uma discussão quando do tombamento do Estádio Moisés Lucarelli, em 2011, onde um Conselheiro disse que nenhum estádio deveria entrar em estudo de tombamento. O Conselho aquiesceu no tocante ao Estádio Brinco de Ouro, mas com relação ao Estádio da Ponte Preta mantiveram o estudo e aprovaram o tombamento. O conselheiro Herberto Guimarães pondera que neste caso pode sim entrar em pauta para discussão. O conselheiro Mário Gravem Borges diz que a consagração do Estádio no instituto do tombamento é com relação a preocupação de sua demolição para a construção de torres, inclusive como bem imaterial, pois faz parte da história da cidade. Está como presidente do Conselho Municipal de Cultura e para todas as reclamações que tem ouvido tem solicitado que sejam feitas por escrito. As pessoas estão propondo a recomposição da Mata que existe dentro do Guarani. Conversou com o técnico da CSPC Henrique que explicou que a mata lá existente não é nativa que foi derrubada no início da década de 50, mas que foi plantada uma mata ornamental. Atualmente temos legislação específica que protege esse tipo de mata. Prossegue dizendo que proporá ao Condepacc através de um ofício protocolado solicitando o tombamento da mata. O presidente Claudiney Carrasco com a concordância e aprovação dos presentes marca reunião extraordinária para o dia 25 de junho, próxima quinta-feira, para discussão do **Processo de Estudo de Tombamento nº. 004/15 – Estádio Brinco de Ouro**. Por não haver comunicação dos Conselheiros passa para o **EXPEDIENTE**: Apreciação da ATA 444. Coloca em votação a Ata 444 que é **APROVADA pela maioria e com três (03) abstenções. ORDEM DO DIA: a – Protocolado nº. 15/10/06433 PG**. Interessado: Ana Maria Sorrosal. Assunto: solicitação de providências sobre os bens à Rua General Osorio com Rua Antônio Cesarino, bens tombados pelo Condepacc conforme Processo nº. 006/2005. Ciência do Conselho de que o proprietário do imóvel em questão esteve acompanhado de seu advogado em reunião na CSPC e em um prazo de 60 dias apresentará documentos solicitados em Lei Complementar nº. 51 de 20/12/2013, para obtenção de Certificado de Transferência de Potencial Construtivo. O presidente Claudiney Carrasco explica que o imóvel está abandonado, é a antiga Água Furtada. A conselheira Daisy Serra Ribeiro diz que o biênio está acabando e um novo biênio começará em agosto, portanto, a última reunião será de grande interesse para todos. Continuando coloca que o imóvel da Rua General Osorio com a Rua Antonio Cesarino é exemplar, atualmente são duas casas, mas é um imóvel só que ao longo dos anos foi repartido; a própria configuração geral do prédio mostra isso. Tanto o Piola como está são casas que têm restos bastante significativos de paredes de taipa, são exemplos maravilhosos. Após o tombamento o local começou a se deteriorar ficando literalmente abandonada. Prossegue dizendo que conseguiu conversar com o proprietário recentemente, pois demorou um pouco para achá-lo; o mesmo esteve com seu advogado na

CSPC e explicou que o antigo proprietário faleceu e a casa entrou em inventário. A casa foi deixada para um neto que estudou medicina, pois era intenção do avô que o local fosse um consultório. O médico achou que a única saída, como um novo caminho, seria a demolição e a construção de um prédio. Conversou muito com ele que se mostrou interessado pelas explicações dadas, inclusive em como aproveitar a casa que está em um local muito importante. Falou sobre o potencial construtivo e o advogado achou muito interessante essa questão. Deu um prazo de sessenta (60) dias para a apresentação de toda a documentação, sendo que em trinta (30) dias deverão ser iniciadas as primeiras providências de manutenção. Acredita que está conversa com o proprietário foi muito importante. Continua ponderando que a nossa cultura para a questão do tombamento é muito superficial, todo mundo acha bonito quando se refere a um bem de outrem. A partir do próximo semestre tentará conversar com todos os proprietários de imóveis tombados, abrindo uma agenda na CSPC especificamente para isso. Pede que os Conselheiros auxiliem na divulgação das informações, pois tudo o que tem sido feito para informar não está sendo a contento. Chegou à conclusão de que serão necessárias conversas ou particulares ou de pequenos grupos. As pessoas não se sentem bem quando um imóvel de sua família é tombado, se veem como perseguidos. O conselheiro Welton Nahas Cury comenta que o valor deste bem é grande, principalmente pela localização e não tem sentido deixar o mesmo fechado. Quando leva um advogado para uma conversa específica demonstra que não tem inocência. Pela possibilidade de deterioração completa podemos pedir para a Defesa Civil restaurar e mandarmos posteriormente a conta para o proprietário. O dono de um imóvel é responsável por lei a cuidar de sua propriedade. No caso está deixando o imóvel se deteriorar para demolir e construir um prédio. Devemos tomar todas as medidas necessárias para que haja uma punição a começar pela multa. Temos o costume de mitigar algumas questões. O local onde se encontra este imóvel é muito favorável à locação. O conselheiro Mário Gravem Borges dá os parabéns à conselheira Daisy, a história contada é encantadora. Precisamos verificar como podemos nos contrapor a uma possível demolição. Muitas pessoas no Cambuí estão sendo pressionadas pela construção civil a venderem suas casas para a construção de prédios. Continuando diz que a transferência de potencial construtivo precisa de uma maior divulgação. Um proprietário chegar com um advogado pode ser intimidador. Não existe em Campinas um plano e o Prefeito dentro de seu mandato não faz com que haja interação entre as várias Secretarias. A questão pública e privada enfrenta problemas desde a Mesopotâmia. Tem que haver um plano de Cidade, cada um pode construir o que quer. O conceito de anti-cidade é encher uma cidade de torres e isso aumenta a densidade dentro de espaços cada vez mais compactos. O conselheiro Roberto Simionatto diz que este prédio foi construído com janelas pequenas e está fechado a mais de dez anos, já foi colocado para locação, mas a própria arquitetura do local não permite como exemplo a colocação de vitrines. O prédio tem restrição e salvo melhor juízo um restauro não ficará em menos de duzentos mil reais; em quanto tempo de aluguel o proprietário terá o ressarcimento disso? A transferência de potencial construtivo

auxiliará no restauro e o restante seria a compensação material de um bem tombado. Precisamos ter mecanismos para fomentar a utilização de um bem tombado através de benefícios que sejam um atrativo para quem queira colocar sua empresa em um imóvel histórico. O presidente Claudiney Carrasco concorda que o proprietário cometeu um ato falho e era óbvia sua intenção de demolir o imóvel. A revisão da legislação virá à pauta para que se possam fortalecer as punições. Temos atualmente o caso da casa da Avenida Francisco Glicério que foi demolida e a multa é 50% do valor venal do imóvel, o que é polêmico, pois em muitos casos é preferível pagar a multa; acredita na implantação de uma proposta radical onde o indivíduo poderá perder a propriedade do imóvel. Obviamente que não se conseguirá aplicar a lei de forma retroativa. Se por um lado há uma punição, devemos por outro lado informar e o medo da perda do patrimônio permitirão a sua preservação. Em São Paulo foram criadas várias saídas com a destinação do imóvel tombado ora para um bar ora para um restaurante. São ideias para que o imóvel seja protegido. O que não podemos é proteger um proprietário que está agindo de má fé. O conselheiro Roberto Simionatto comenta que há três anos teve contato com um interessado no imóvel, mas como não havia nenhuma forma de fomentar com incentivos o mesmo desistiu. O presidente Claudiney Carrasco enfatiza que quem tem um imóvel tombado deve ter para o mesmo uma destinação. O conselheiro Sérgio Caponi diz que pelo que está entendendo o proprietário quer reverter o tombamento. Exemplifica com o City Bar que fica próximo ao bem tombado e tem um faturamento muito alto por mês. Continuando fala que Campinas não tem vontade de ter uma cidade bonita. Pergunta qual o grau de tombamento da casa da Rua General Osorio? A conselheira Daisy Serra Ribeiro coloca que são as paredes de taipa e a fachada. O conselheiro Sérgio Caponi diz que poderia ser feito como na Avenida Andrade Neves em um Casarão que se manteve a fachada frontal e foi construído um prédio. Questiona as várias construções que eram feitas em terrenos estreitos e compridos. A conselheira Daisy Serra Ribeiro explica que o prédio da Avenida Andrade Neves não é tombado, ele é do começo do Século XIX. Tem outro prédio do Século XVIII, uma casa comprida, que particularmente acha seu estado tão importante que seria ideal para uma sala de concerto. O que está faltando de verdade é que se cumpra a lei. O presidente Claudiney Carrasco comenta que a questão de terrenos compridos não é só de Campinas, mas do Brasil inteiro, pois houve um tempo que os impostos eram cobrados pela frente do lote e não por metro quadrado, por isso as casas eram estreitas e compridas. O conselheiro João Manuel Verde dos Santos conta que há um tempo um corretor de imóveis tentou locar o prédio para uma loja de carros, a parte dos fundos até permitiria, mas a dificuldade do proprietário é com as paredes de taipa, além de que as locações anteriores, inclusive a padaria, estragaram muito o local. Há necessidade de esclarecimento para a população. O segundo ponto turístico da Cidade é o Giovanetti, portanto, dizer que um patrimônio histórico não traz retorno não é verdade. Concorda com o conselheiro Simionatto quanto a esclarecimentos aos proprietários. O conselheiro Luiz Guilherme Weiss Franco Campos concorda com a punição aos infratores, mas

também com o esclarecimento a todos os proprietários. Coloca-se à disposição para auxiliar. Continuando comenta que o Giovanetti teve isenção de IPTU por 20 anos, isso é incentivar, é tentar colocar em prática uma política de bom uso. Outra questão a avaliar é de que forma a Lei do Fundo poderia ajudar, isso fomentaria uma série de discussões. Não podemos colocar a mão na cabeça do proprietário. Talvez o único problema com relação ao imóvel da Rua General Osorio seja de fato a questão de estacionamento. Prossegue dizendo que outro assunto importante é o da educação patrimonial. Na Semana da Educação que teve aqui em Campinas faltou a discussão da educação não formal; essa educação informal é muito importante. A questão de as Secretarias Municipais não conversarem entre si não acontece apenas em Campinas, mas no Brasil todo. Fará a proposta em sua Secretaria de um curso de educação patrimonial, desde restauro a pequenas manutenções e intervenções que se aceite, poderia ser ministrado no Ceprocamp, com um curso voltado à população. O conselheiro Sérgio Caponi fala que há uma deseducação do campineiro, assim como a depredação da Cidade. O conselheiro Luiz Guilherme Weiss Franco Campos discorda que a Cidade é um lixo. Já trabalhou na periferia e os alunos não vêm para o Centro da cidade. Eles não conhecem e não valorizam porque não se sentem parte. As Escolas da periferia funcionam porque a comunidade foi colocada como participante. A conselheira Olga von Simson comenta que esteve em Kansas City, Charleston onde há várias "plantations" com vistas a patrimônio e turismo. Com relação à fala dos colegas avalia que existe uma porção de imóveis tombados que os proprietários não sabem o que tem nas mãos. A criação de um banco "on line", uma identidade nova para projeto empresarial, assim como o Condepacc ir aos jornais e convencer a imprensa para a demonização dos maus proprietários que derrubam os prédios, mostrando atitudes más de maus cidadãos. Continuando fala que os jovens não se sentem inseridos na sociedade de forma mais ampla por isso a pichação, que é uma forma de chamar a atenção. Em Campinas há uma necessidade de se permitir uma melhor integração entre os jovens de todas as classes sociais. Outra coisa que considera importante é que se tenha um setor de aconselhamento na CSPC para auxiliar os proprietários, esclarecendo-os; esse setor seria composto por técnicos e Conselheiros para dar respaldo aos proprietários. O presidente Claudiney Carrasco acredita que uma lei com progressão de IPTU, ISS, seria um bom instrumento para os proprietários de imóveis tombados. O Giovanetti mostra que essa parceria é possível. E a isenção como mecanismo de restauro de um bem seria um incentivador. Prossegue contando que a Secretaria de Cultura através de um programa de ações culturais extensivo ao patrimônio está sendo levado à periferia, tentando trazê-los para o centro da Cidade. Um exemplo é o envio de 50 ingressos para o teatro, que é o número de pessoas que cabe em um ônibus, mas as pessoas reclamam que não tem roupa. Esses ônibus vêm aos sábados para visitar a Cidade. A conselheira Olga von Simson conta que o professor Tognon fez visita aos bens tombados com alunos da periferia, ao terminar os trabalhos os meninos disseram que agora se sentiam campineiros. O presidente Claudiney Carrasco diz que esse programa da Secretaria pode ser estendido aos alunos, mas a princípio é para a população em

geral como as donas de casa. O conselheiro Welton Nahas Cury sugere que se ative o ônibus londrino que é usado na época do Natal, que pode sair da região do Ouro Verde e do Campo Grande. O conselheiro Sérgio Caponi fala que deveria haver uma legislação que em caso de um bem tombado pegar fogo e não sobrar nada para o restauro, o terreno não poderia ser usado para mais nada. Continuando questiona se o ônibus no final de semana vai resolver a questão da população? Estamos falando de milhões de pessoas. O Brasil é o penúltimo país na questão da educação. A pichação é um sintoma de doença. O Estado não funciona. A nossa educação precisa ser revista. O conselheiro João Manuel Verde dos Santos explica que a taipa de uma construção ao ser danificada dificilmente poderá ser recuperada, pois é uma dificuldade refazê-la. Seria interessante ter no Ceprocamp uma escola de restauro com ênfase em técnicas construtivas antigas. Prossegue dizendo que em um trabalho de extensão da PUC com o Colégio Miguel Vicente Cury, teve a oportunidade de trazer quarenta pessoas que não conheciam o centro de Campinas. O conselheiro Luiz Guilherme Weiss Franco Campos discorda que a educação do Brasil é a pior do mundo. Em uma atividade feita com um grupo de trabalho com relação à educação, verificou-se que algumas questões são bem pontuais. O presidente Claudiney Carrasco avalia a necessidade de ter comissões permanentes para revisão do regimento interno e também da legislação referente aos bens tombados. A conselheira Daisy Serra Ribeiro comenta que a CSPC já está tomando algumas providências: 1º) reforçando a questão das punições e advertir os proprietários que as sanções existem; 2º) alertar no sentido de informar quanto às questões de uso como Bancos que já funcionam em bens tombados. O presidente Claudiney Carrasco diz que o Conselho tem que notificar com rigor o proprietário dando um prazo definido e vencido o prazo aplicar a multa. O conselheiro Welton Nahas Cury elucida que à época que começou a ser aplicada a legislação, o valor venal era bem significativo, atualmente não corresponde à realidade. Continuando diz que o Conselho precisa expressar o repúdio ao que está sendo feito com o imóvel. O presidente Claudiney Carrasco diz que em virtude de ser hoje essa legislação que temos, é cumpri-la. O Condepacc notifica o proprietário, dá um prazo e informa que ao não cumprimento das determinações será aplicado a multa. A CSPC tem autoridade para tomar as medidas necessárias e expressas pelo Conselho. A conselheira Wania Maria Moreno coloca que a nova notificação é um reforço às colocações da Daisy para o proprietário. O Conselho referenda e notifica quanto ao que a Daisy já conversou e informou ao interessado. É o simbólico para respaldar a CSPC e também para que o proprietário se sinta um pouco mais pressionado. O conselheiro Marcelo Juliano avalia que a imprensa pode ser uma aliada no conhecimento de que atitudes serão tomadas pelo Conselho toda vez que alguém infringir a legislação referente a um bem tombado ou em estudo de tombamento. O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira por questão de ordem pede que seja feito o encaminhamento da proposta do Secretário. O presidente Claudiney Carrasco coloca em votação a proposta de apoio às orientações da CSPC enfatizando que o não cumprimento das determinações ocasionará a aplicação de multa – **Aprovada pela maioria com um voto contrário do**

conselheiro Herberto Guimarães. / b – Grupo Jambeiro. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro diz que achou importantíssimo trazer está questão para o Conselho por ser um caso bastante inusitado. Recebeu um telefonema de um Secretário para receber um grupo de cidadãos de várias faixas etárias que estavam interessados no Jambeiro. Eles disseram que não tinham nenhum projeto e proposta para a área, mas que o grupo começou a se incomodar com a situação do local e se perguntaram o que eles enquanto cidadãos estavam fazendo que não fosse acusar e apontar. Disseram que foram à CSPC para se colocarem à disposição e discutir como poderiam ajudar aquele espaço. Resolveram se juntar independente de o Jambeiro ser propriedade da Prefeitura e tombado e combinaram que algumas atitudes precisariam ser tomadas com a possibilidade de ajuda de algumas Secretarias como a de Cultura, do Verde, de Desenvolvimento Econômico. Continuando diz que particularmente lembrou-se de várias propostas já apresentadas e no que já foi pensado em trabalhos na Praça para se cuidar das ruínas e em um uso específico da praça quanto à utilização pela comunidade. A área dos Lagos foi recuperada pela orientação da Promotoria. No local há um Parque das Águas, uma chácara da Guardinha e uma área muito bonita preservada pelo Estado, há também um Colégio perto da Praça. A área é maravilhosa. Já agendou uma conversa com o professor André Argollo da Unicamp e outra conversa com o arqueólogo Edson e dois técnicos da CSPC Nelson Machado e Henrique Anunziata. São várias tarefas a serem implantadas e o grupo de cidadãos ficou encarregado de procurar a comunidade para inseri-los no projeto e nas intervenções, além de sair à cata de recursos. Prossegue dizendo que este informe é bem importante, pois é a primeira vez que a CSPC recebe uma solicitação com esse caráter e, portanto, precisava trazer ao Conselho para saber o que todos acham, terminando o biênio com um movimento concreto de cidadãos. O conselheiro Luiz Guilherme Weiss Franco Campos conta que participou de uma reunião de estudantes com a Secretaria do Verde e essa área foi objeto de estudo, pensando-se na área sociocultural e educativo; sua potência comercial e potência natural de áreas verdes. A conselheira Olga von Simson coloca que essa reunião da CSPC com o grupo de cidadãos é um exemplo claro de que o Condepacc e seu órgão técnico estão angariando das pessoas a confiança que este é o caminho quando se pensa em patrimônio histórico. Isso demonstra que a CSPC é um órgão que pode ser procurado e consultado. O conselheiro Roberto Simionatto pergunta se já ocorreu e se já foi pensado através de uma assessoria jurídica como o grupo deve ser orientado? A criação de uma associação com respaldo jurídico e com vínculo com a CSPC será necessário para que haja o direcionamento do dinheiro quando se conseguir verbas para a recuperação do Parque Jambeiro. O conselheiro João Manuel Verde dos Santos diz que o estado do Casarão do Jambeiro o entristece. Quando do tombamento o prédio estava inteiro inclusive com móveis. Conservar como ruína não é o correto. Os vários pedidos de manutenção do local ano após ano não impediram que o local se deteriorasse cada vez mais. Reconhecer como ruína é um equívoco do Poder Público. É responsabilidade da Prefeitura de Campinas recompor o espaço. A conselheira Daisy Serra Ribeiro avalia que o

casarão está realmente como ruína, o Poder Público deixou chegar à situação em que está. O projeto feito no Morro Santa Tereza, no Rio de Janeiro, é belíssimo; o local foi fechado com vidro e foi feito um trabalho com a iluminação, ficou maravilhoso. O conselheiro Luiz Guilherme Weiss Franco Campos faz um paralelo com o que está acontecendo em outros locais como a Fazenda Roseira que teve durante uma semana vigília para que não houvesse invasão. O conselheiro Mário Gravem Borges diz que o conselheiro João Verde expressou exatamente seus pensamentos. Não temos gestão de Poder Público e a educação é uma porcaria. O que aconteceu com o Jambeiro é crime de responsabilidade. A atual administração começou bem, mas precisa de um plano de cidade. Dá os parabéns a Daisy pelo encaminhamento dado ao assunto. O conselheiro Sérgio Caponi fala que são dois pesos duas medidas, por um lado notifica-se o proprietário e multa, mas não no caso do Poder Público que deixa as coisas chegarem ao que chegou. O prédio em questão tem que ser recomposto; tem que através da Promotoria obrigar o Prefeito a ser responsabilizado. A conselheira Olga von Simson pondera que não adianta a Prefeitura refazer o prédio se a comunidade e a vizinhança não se integrarem ao espaço. A comunidade precisa fazer a reapropriação do espaço. O conselheiro João Manuel Verde dos Santos coloca que não é um bem tombado de uma região, mas sim da cidade toda. Se sente como cidadão lesado. A conselheira Olga von Simson diz que é um bem tombado da cidade toda, mas quem vai cuidar são os moradores do entorno. O presidente Claudiney Carrasco comenta que como cidadão se sente indignado e se não for feito nada vai piorar; o que temos hoje de fato são as ruínas e se fizermos o espaço reviver poderemos no futuro tentar a questão do refazer. Temos muitos bens públicos que não podemos deixar chegar ao estado do Jambeiro. Temos que cuidar de bens que estão muito deteriorados para segurá-los. Prossegue dizendo que como cidadão não é político de carreira, mas sim funcionário público de carreira e nunca esteve em um cargo como o que está exercendo hoje e percebe que a população vê o poder público como onisciente e onipotente. Diuturnamente se esbarra em alguma legislação impedindo algumas ações. O Poder Público não consegue avançar; praticamente todo dia vai atrás da Wania na Secretaria de Assuntos Jurídicos para que ela o auxilie mostrando algumas alternativas. É muito difícil governar. Há dois anos está tentando colocar um café no Teatro, alguém que coloque uma máquina de café e pão de queijo e não consegue pela legislação. O Brasil inteiro trabalha com O.S., não existe no Brasil um café instalado pelo Poder Público. A Lei de O.S. permite parceria com o serviço privado via uma parceria. Essa explicação é só para esclarecer e não ser acusados de não agir. Continuando encaminha para o fim da reunião e coloca em votação a retirada de pauta dos itens c e d – **Aprovada a retirada de pauta dos itens c e d com uma abstenção do conselheiro Sérgio Caponi.** Quanto ao grupo de cidadãos que estiveram conversando com a Daisy e terão o apoio das três secretarias, terão suas solicitações e projetos trazidos para o Conselho para discussões e aprovação. Lembra a todos sobre a reunião extraordinária da próxima semana, dia 25 de junho, para que se feche o biênio e não se deixe pendências para um Conselho recém-empossado. A conselheira Daisy Serra Ribeiro informa que os

Conselheiros receberão as informações referentes às indicações por parte das Entidades e Instituições. O vice-presidente e conselheiro emérito Herberto Guimarães agradece a todos pela confiança depositada durante seus dois anos de vice-presidente. O Conselho é como um filho. Não se candidatará novamente a vice-presidência. Muito obrigado a todos. Todos os Conselheiros aplaudem o vice-presidente Herberto Guimarães. O presidente Claudiney Carrasco agradece ao conselheiro Herberto pelo auxílio e colaboração, principalmente quanto à confiança de tê-lo ao seu lado, substituindo quando por outros compromissos não pode comparecer à reunião. Pede que reveja esta questão da vice-presidência. / **c – Vistoria por técnicos da CSPC com vistas às medidas legais necessárias no Recanto Yara após denúncia através de e-mail feita por um cidadão – Processo de Tombamento nº. 04/92, Resolução nº. 25/96. O Conselho acata a sugestão do presidente Claudiney Carrasco de retirada de pauta a vistoria feita por técnicos da CSPC com vistas às medidas legais necessárias no Recanto Yara. / d – Laudo de Vistoria sobre imóvel à Avenida Andrade Neves nº. 620, Bairro Botafogo, Processo de Estudo de Tombamento nº. 008/14. O Conselho acata a sugestão do presidente Claudiney Carrasco de retirada de pauta o Laudo de Vistoria sobre imóvel à Avenida Andrade Neves nº. 620. REFERENDO DO CONSELHO – Ciência (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 01 – Novas indicações de Conselheiros para o Biênio 2015-2017. O Conselho referenda ciência sobre as novas indicações de Conselheiros para o Biênio 2015-2017. Nada mais havendo, o presidente Claudiney Rodrigues Carrasco agradece a todos e encerra a reunião, da qual eu, Rita de Cássia Barthasar de Paula, transcrevo a presente Ata, que deverá ser aprovada pelo Condepacc. Campinas, 18 de junho de 2015.**